

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.592.996 - MT (2019/0292106-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : BANCO SAFRA S A
ADVOGADO : JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR - PR045445
AGRAVADO : JOSÉ ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO : FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOIEIRO - MT008920

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por BANCO SAFRA S.A em face de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, assim ementado:

"RECURSOS DE APELAÇÃO CÍVEL - REPETIÇÃO DE INDÉBITO - CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL LEASING DE VEÍCULOS - RECURSO DO AUTOR - NÃO CONHECIDO QUANTO À ILEGALIDADE DAS TARIFAS ADMINISTRATIVAS - AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL - CAPITALIZAÇÃO DE JUROS - AFASTADA - RECURSO DO BANCO - PRELIMINAR - INÉPCIA DO APELO - VIOLAÇÃO À DIALETICIDADE RECURSAL - REJEITADA - MÉRITO - TARIFA DE REGISTRO DE CONTRATO E DESPESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TERCEIROS - NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA EFETIVA PRESTAÇÃO - NÃO DEMONSTRAÇÃO - PRECEDENTES DO STJ PELO SISTEMA REPETITIVO - TEMA 958 - SENTENÇA REFORMADA EM PARTE - RECURSO DO AUTOR PARCIALMENTE PROVIDO E DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DESPROVIDO.

À luz do princípio, da dialeticidade, que norteia os recursos, compete à parte apelante, sob pena de não conhecimento do recurso, infirmar especificamente os fundamentos adotados na origem para negar seguimento ao reclamo. Não há que se falar em violação ao postulado se a matéria objeto da irresignação recursal foi enfrentada na decisão recorrida.

Não se conhece ao capítulo do recurso, por ausência de interesse, se o objeto da irresignação foi favorável à parte recorrente.

É permitida a capitalização em periodicidade inferior à anual após a edição da Medida Provisória nº 2.170/2001, desde que expressamente pactuada. Precedentes. Súmulas 539 e 541 do STJ.

Em contratos bancários celebrados a partir de 30.04.2008, a instituição financeira está autorizada a cobrar o valor da diligência com registro do contrato, desde que efetivamente preste

o serviço, ressalvada, ainda, a possibilidade de controle da onerosidade excessiva, casuisticamente.

Tese fixada pelo STJ no Recurso Especial Repetitivo nº 1.578.553/SP - TEMA 958.

Para a validade da cláusula que prevê .o ressarcimento de despesa com de serviços prestados por terceiros, deve ser especificado o 'serviço a ser efetivamente prestado, além da sua demonstração e a ausência abusividade. Ausente a comprovação da efetiva prestação do serviço, resta vedada a cobrança dos encargos.

Recurso do autor parcialmente provido e da instituição financeira desprovido." (fls. 226/227)

Nas razões do recurso especial, a ora agravante aponta violação aos arts. 337 do CPC/15, 5º da Medida Provisória n. 2.170-36/2001 e dissídio jurisprudencial, sustentando, em síntese, (a) litispendência, em razão da identidade de pedido, causa de pedir e partes com ação revisional já sentenciada, (b) legalidade das tarifas de serviços prestados por terceiros, notadamente pela revenda de veículos e pelo registro do contrato, (c) validade da cobrança de juros capitalizados mensalmente e (d) a restituição de indébito em dobro pressupõe a demonstração da má-fé do credor.

Apresentadas contrarrazões às fls. 410/414.

É o relatório.

Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte Superior, é incabível a interposição do agravo do agravo em recurso especial contra decisão denegatória de seguimento do recurso especial fundamentada em recurso repetitivo e proferida após a vigência do CPC/2015 (18/3/2016), pois o único recurso cabível é o agravo interno dirigido ao próprio Tribunal de origem, nos termos dos arts. 1.030, § 2º, e 1.042, *caput*, do CPC/2015 (v.g. AREsp 959.991/RS, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 16/8/2016, DJe 26/8/2016; AgInt no AREsp 1.053.970/DF, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 25/4/2017, DJe 12/5/2017; e AgInt no AREsp 982.074/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 25/10/2016, DJe 17/11/2016).

Na espécie, em observância ao entendimento desta Corte Superior, a instituição financeira deixou de recorrer da decisão de inadmissibilidade do apelo, no tocante aos temas obstados com base em recursos especiais repetitivos.

Superior Tribunal de Justiça

Quanto ao mais, as teses de litispendência e de repetição do indébito na forma simples não foram debatidas na instância de origem, de modo que a ausência de prequestionamento atrai o óbice das Súmulas n. 282 e 356/STF e impede o conhecimento do apelo excepcional.

Ademais, cabe observar que a instituição bancária foi condenada à repetição simples do indébito - e não em dobro -, consoante se observa do dispositivo da sentença às fls. 130/139.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço parcialmente do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência, pois já foram arbitrados no limite legal (art. 85, § 2º, do CPC/15).

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator